



ARQUITECTURA

Março 2002 ■ € 2,5

Barragem do Alqueva
Já mete água!

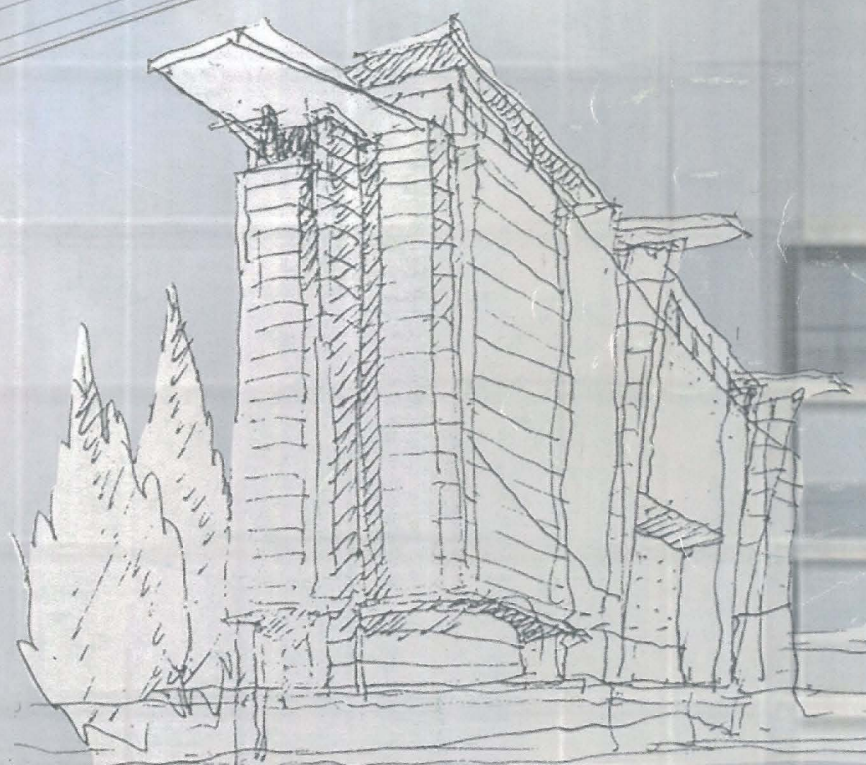
destaque

Nova Aldeia da Luz
O pecado mora ao lado?

património

Prémio Peter-Joseph-Lenné
Portugueses dão exemplo
fora de portas

arq. paisagista



JOÃO PACIÊNCIA

UMA REFLEXÃO PELO DESENHO

VICTOR MESTRE E SOFIA ALEIXO • Pousada do Alamal, Gavião



N.º 25 ■ Ano II ■ Março 2002
■ Mensal ■ €

O pecado mora ao lado?

“Era possível fazer um dique com a garantia quase total de que a albufeira não o ia galgar até à aldeia, mas o problema era a água que vinha de montante e que em épocas de grandes chuvas se acumulava ali, inundando tudo”, diz o ideólogo da barragem do Alqueva

Texto de **Vitor Matos** e fotos de **Telmo Miller**



QUANDO TÉCNICOS E GOVERNO perceberam que o Alqueva seria o lugar para estabelecer a barragem, levantou-se o problema da Aldeia da Luz, que requeria uma de três soluções: ou se pagavam as indemnizações para cada habitante ser obrigado a mudar de residência; ou se construía um dique de defesa e a povoação ficava intacta; ou se transferia a aldeia para outro local.

Faria Ferreira, o engenheiro que há mais de quatro décadas lançou o conceito de um empreendimento de fins múltiplos para aproveitar o rio Guadiana, diz que “não queria fazer o que já tinha visto fazer noutros lugares, em que se pagava o valor matricial das expropriações das propriedades que ficavam debaixo de água para as pessoas se irem embora. Aquela gente tinha o direito de ser ressarcida por uma obra pública que os ia desalojar”. A solução do dique, no entanto, era muito mais barata do que a reconstrução do aglomerado populacional, mas comportava riscos: “Era possível fazer um dique com a garantia quase total de que a albufeira não o ia galgar até à aldeia, mas o problema era a água que vinha de montante e que em épocas de grandes chuvas se

acumulava ali, inundando tudo.” As experiências que conheceu noutros países levaram-no a perceber que o dique seria uma solução teoricamente possível no papel, mas que na prática poderia resultar muito mal. Mais difícil afigurava-se convencer o Governo, ainda com Salazar à cabeça, de que era preciso erigir uma nova aldeia. “Embora com grande oposição consegui fazer vencer esse argumento, que depois do 25 de Abril ficou consolidado”, acentua.

O precursor da barragem de Alqueva recorda ainda que enquanto director do gabinete de estudos do plano de rega para o Alentejo, foi ele quem debateu as várias opções com os habitantes da Aldeia Luz (na primeira metade da década de 60). E garante que foram os luzenses a escolher a construção de uma nova aldeia. “O problema deles nessa altura já era o cemitério e a igreja.” Perante esta decisão, a primeira ideia do engenheiro foi a de encostar a aldeia à vila de Mourão, para poupar dinheiro em infra-estruturas, mas os habitantes não quiseram. “O local onde acabou por ser construída a nova aldeia foi escolhido por eles”, remata.



1



2



3

1 – As ruas da nova Aldeia da Luz são mais largas e compridas, obedecendo a uma hierarquia: umas têm passeio, outras não, à semelhança do que existe na aldeia antiga

2 – Só três proprietários aceitaram o desafio de manterem intacta a traça das casas. O xisto, material mais significativo da zona, foi recuperado para as estruturas das paredes, pavimentos e na própria estrutura dos vãos

3 – Os habitantes contrariaram a preocupação dos arquitectos em tentar reproduzir modelos de arquitectura tradicional, identificando claramente o que para eles seria novidade

Maria João George,
COORDENADORA DO PROJECTO DA ALDEIA DA LUZ

**“Só três proprietários
aceitaram reproduzir o modelo”**

A tarefa que a Maria João George abraçou em Março de 1995, evidenciava a certeza de ser um desafio difícil. A arquitecta aceitou coordenar o gabinete para a reinstalação da Aldeia da Luz e das suas 215 habitações para outro local, a dois quilómetros de distância. Em breve, o espaço onde sempre esteve aquela aldeia alentejana será inundado pelas águas da barragem de Alqueva. A arquitecta admite, em entrevista à **Arquitectura e Vida**, que para uma população com uma idade média avançada e muito ligada à terra, é um processo violento e traumático mudar do lugar onde toda a vida se viveu.

Maria João George, 53 anos, organizou o concurso público internacional para a elaboração do projecto da nova povoação, liderou a criação do plano de pormenor, manteve-se em contacto com os diversos organismos, autarquias e equipas de projectistas. Durante todo o processo, foi ela quem fez a ponte com a população luzense. Embora a construção esteja a decorrer há quatro anos, e assumidamente atrasada, a no-

va Aldeia da Luz está praticamente pronta para receber os habitantes. Uma das razões invocadas por Maria João George para o atraso tem a ver com a mudança de opinião dos luzenses sobre os pormenores das casas, quando as viram tomar forma.

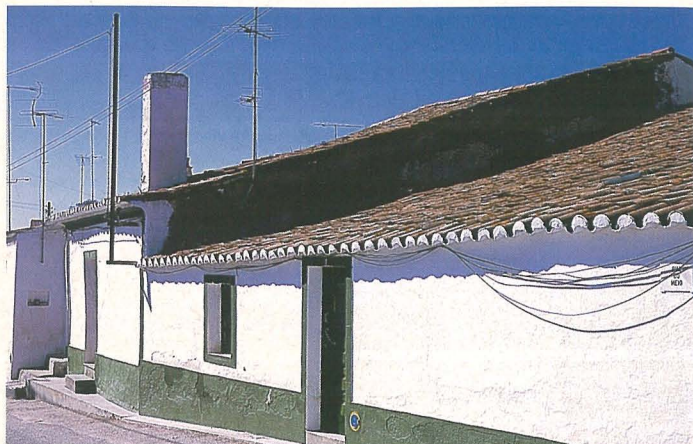
Arquitectura e Vida – Como é que foi desenhada a nova Aldeia da Luz? Qual foi o ponto de partida dos projectistas, uma vez que assumiram que não iam fazer uma réplica?

Maria João George – É interessante, porque essa questão foi tema do próprio concurso. Apareceu uma proposta que pretendia ser uma reprodução exacta da aldeia, mas acabou por ganhar uma ideia em que o ponto de partida era uma estrutura baseada numa estrutura viária, com uma sequência de lugares de referência para os habitantes, que lhes permitia nesse percurso reconhecer, ou pelo menos relembrar, o lugar onde moraram. A partir da rua principal recriou-se um percurso idêntico ao antigo, mantendo a sequência na localização dos equipamentos.

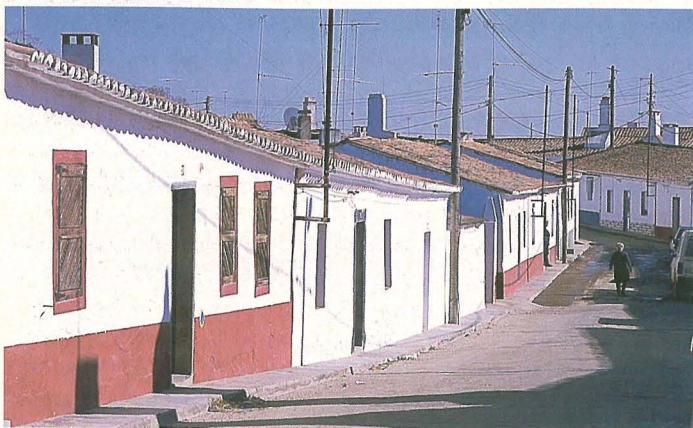
AV – Mantiveram, assim, os mesmos pontos de referência espaciais...

MJG – Sim, mas com uma nova abordagem baseada em vários parâmetros, não só da qualidade dos espaços e do ambiente urbano, mas também das condições de habitabilidade nas casas, o que influenciou a dimensão dos arruamentos e a extensão da aldeia. Se compararmos as habitações com as que foram construídas, reparamos que as frentes estão muito diferentes, embora, nalguns casos, mantendo a morfologia interna.

“A maioria das pessoas queria uma casa cujo modelo reproduzisse muito mais a casa da cidade ou da vila, do que a casa da aldeia”



Houve uma preocupação em manter os mesmos pontos de referência espaciais, mas com uma nova abordagem baseada na qualidade dos espaços e do ambiente urbano



Embora as frentes das habitações se apresentem diferentes, em alguns casos foi mantida a morfologia interna

OS ARQUITECTOS DA NOVA ALDEIA

O concurso internacional para a concepção arquitectónica da Aldeia da Luz foi ganho pela equipa liderada pelo arquitecto João Francisco Figueira, do Porto, que, segundo Maria João George, "apresentou um grupo bastante consistente, muito jovem", acompanhado à rectaguarda por um conjunto de consultores que garantiram um acompanhamento fundamentado de todo o processo. Mas o júri do concurso decidiu que os autores das outras propostas premiadas também deveriam participar na construção da aldeia. Por isso, os outros três participantes melhor classificados puderam participar na reconstrução da aldeia, concebendo os projectos para as infra-estruturas.

Quatro equipas de arquitectos participaram na concepção da Aldeia da Luz e das infra-estruturas de apoio à população:

- João Francisco Figueira da Silva: projecto global da aldeia e espaços públicos;
- Pedro Pacheco e Marie Clement: concepção do conjunto de edifícios que engloba a reconstrução da Igreja de N^a Sra da Luz, o museu da aldeia e o cemitério;
- Gravata Filipe (atelier PAL): desenho da zona e edifícios do jardim escola, escola primária e polidesportivo;
- Pedro George e Associados: projectos para a Junta de Freguesia, capela/casa mortuária, Centro de Saúde, Centro de Dia e tanque público.

AV – Basearam-se em estudos ou nos resultados de outras experiências de “transladação” de povoações para saber o impacto que isso teria na população?

MJG – Há muito pouco material escrito sobre essa matéria. Pesquisámos experiências deste género noutros locais, fizemos uma leitura das recomendações internacionais sobre o processo de reinstalação de comunidades afectadas por obras de grande dimensão, mas não encontramos muitos exemplos semelhantes que pudessem servir de cartilha. Grande parte dos conhecimentos foram adquiridos ao longo deste tempo.

AV – Como é que pegaram na realidade existente na aldeia e a transpuseram para outro local, melhorando a situação?

MJG – A equipa do plano fez um trabalho de levantamento exaustivo das condições de habitação, da morfologia das casas, do espaço doméstico no seu conjunto, casa a casa, partindo de levantamentos feitos no local. Esses levantamentos também foram acompanhados de entrevistas, e houve a oportunidade de avaliar o grau de satisfação de cada família em relação à casa onde habitavam.

AV – E como é que geriram com as famílias e proprietários o equilíbrio entre o tradicional e o novo?

MJG – Essa discussão interessante esteve na cabeça dos vários arquitectos que participaram no projecto, e vai tornar-se ainda mais interessante depois da obra realizada, no sentido de se fazer uma apreciação crítica. Essa relação entre o velho e o novo esteve sempre presente nos destinatários do plano. Na medida em que reafirmavam uma grande vontade de manterem o que têm, a verdade é que no processo negocial as pessoas foram introduzindo diferenças fundamentais na maneira de ver a casa e em relação ao que desejavam ter. E identificavam muito claramente aquilo que para elas seria novidade, o que para a maioria era ter uma casa cujo modelo reproduzisse muito mais a casa da cidade ou da vila do que a casa da aldeia. Contrariavam muito a tendência e a preocupação dos arquitectos em tentar reproduzir modelos de arquitectura tradicional...

AV – Da arquitectura vernacular, popular, comum nas aldeias...

MJG – Sim, para manter a morfologia da casa tradicional. E isso verificou-se de tal forma, que nos vários inquéritos identificaram-se 11 casas cujo valor patrimonial do ponto de vista da arquitectura justificaria uma re-



Escola nova e escola antiga: no concurso público para a elaboração do projecto da nova povoação apareceu uma proposta que pretendia uma reprodução exacta da aldeia, que acabou por não ser aprovada

produção integral, não só ao nível das técnicas de construção, mas também da estrutura formal da casa e da própria morfologia do espaço doméstico.

AV – Porque razão fizeram apenas três casas nesses moldes?

MJG – Só esses três proprietários aceitaram o desafio e, curiosamente, não são residentes. Vão lá esporadicamente. Fica ali um testemunho de como eram as casas. É um recurso de memória a que podemos recorrer. No entanto, ao fim deste tempo, alguns habitantes começam a lamentar não terem feito também essa opção. No seu processo de aprendizagem, começaram a ver que certos aspectos, que desprezavam na sua casa, afinal eram valorizados por outros, nomeadamente ao nível dos materiais de construção, e ao xisto em particular.

AV – Quais foram os materiais que utilizaram?

MJG – O xisto é um dos materiais mais significativo da zona. Mourão é um concelho que produz xistos com uma procura enorme. Agora, as pessoas atribuem um valor ao xisto que não atribuíam em 1997. É utilizado na estrutura das paredes, nos pavimentos e na própria estrutura dos vãos.

AV – Como se processou a discussão sobre as casas com cada uma das famílias?

MJG – Através do desenho, do levantamento de cada uma, os meus colegas analisaram tudo cuidadosamente e um dia mostraram aos proprietários o desenho da futura habitação. Fizeram com eles um percurso imaginário dentro das casas, e propuseram um modelo de habitação que, no seu entender, mais se aproximava na casa original. Para isso, elaboraram uma série de modelos em cartolina e desenvolveram uma discussão muito interessante com os proprietários. Isto durou três semanas de intenso trabalho, em que os proprietários reconheciam o lugar que lhes estava destinado na nova aldeia e as soluções que lhes eram apresentadas. Ao mesmo tempo, afinavam o projecto e o modelo de casas proposto, dentro de determinados critérios, como a manutenção da área coberta, embora com a possibilidade de haver ajustamentos de ordem técnica.

AV – Mas como é que as pessoas reagiram? Os habitantes da aldeia continuam a queixar-se...

MJG – A evolução da história é muito interessante, porque, no primeiro confronto com o desenho, as pessoas ficavam um pouco confusas, porque não estavam habituadas a trabalhar com escalas. Contudo, conseguiam aperceber-se do código do esquema e pouco tempo depois era comum aparecerem com os desenhos das casas, com as medidas das paredes e das mobílias, preocupadas em saber se os haveres caberiam. Quando a obra começou, entrou-se numa nova fase, em que certos aspectos ainda não tinham sido negociados, e em que outros, mais tarde, fizeram sentir-se como um problema...

AV – E que aspectos é que passaram a ser problemáticos?

MJG – Tinha sido estabelecido um critério, talvez um pouco rígido, em relação aos acabamentos. A variedade a aplicar era balizada por opções do projectista, ainda que procurando corresponder a uma categorização prévia das casas visitadas. Fizemos um esforço para categorizar as casas consoante a sua situação, e para garantir que o projecto de execução correspondesse, em cada caso, a um padrão equivalente. Dávamos às pessoas a

A MUDANÇA NÃO ANUNCIADA

Apesar dos responsáveis da EDIA terem previsto que seria possível fazer a mudança da Aldeia da Luz já em Março, a transferência da população, dos seus bens e dos serviços – operação logística considerável – está atrasada. No momento do fecho desta edição ainda não havia uma data marcada para avançar com o processo, mas Maria João George, a arquitecta coordenadora do projecto da nova Aldeia da Luz, esperava conseguir concretizar esse objectivo ainda no início da Primavera. "Quanto mais depressa melhor para toda a gente."

Há, contudo, motivos para acelerar o início da transferência, porque a mudança da aldeia vai durar pelo menos um mês, considerando que não haverá contratempos a atrasar o plano. A pressa tem ainda a ver com o facto de ser preciso dismantlar toda a aldeia velha, de modo a não deixar resíduos poluentes. O limite de tempo está relacionado com o ritmo de enchimento da barragem: prevê-se que as águas possam atingir a cota 137 durante o próximo Outono, inundando a zona onde a Aldeia da Luz estava implantada.

A demolição e a remoção dos restos da povoação vai demorar também algum tempo, até porque o dismantelamento será selectivo. Ou seja, serão reaproveitados todos os componentes possíveis, como, por exemplo, telhas reutilizáveis, vigamentos de xisto, etc. O objectivo da operação é igualmente remover todos os elementos que possam no futuro contaminar a água.

oportunidade de escolherem, não tanto o tipo de material mas sim a cor ou o aspecto final. Mas aconteceu que, muito mais tarde, já em plena obra, fizeram dos pormenores dos acabamentos um cavalo de batalha, o que trouxe grandes problemas. Queriam escolher tudo sem restrições, e isso veio complicar o processo, atrasando-o definitivamente.

AV – Mas quando partiram para o terreno tinham a consciência de que é uma grande violência transferir de lugar uma população rural com muitos idosos, muito ligada à terra...

MJG – Mudar uma população é um processo muito profundo e traumático, e depois as queixas e as lamentações evidenciadas na televisão ainda aumentavam mais a angústia da população. Aconteceu uma coisa muito interessante sobre o grau de satisfação: as pessoas no início, quando discutiam o projecto, diziam que tinham duas chaminés, mas consideravam que já nada se faz no lume [de chão], e que isso já não tinha qualquer interesse. Diziam que a chaminé sujava a casa, e que fazia muito fumo, e prescindiam dela. A verdade é que todo o espaço doméstico, desde as chaminés às pocilgas, das galinheiras aos sótãos, foi objecto de negociação e de troca. E a verdade é que à medida que nos aproximamos do fim da obra, os indivíduos começam a perceber que lhes faz falta um determinado número de espaços, e foram avisados disso.

AV – Em relação à disposição urbana da aldeia, quais são as principais diferenças?

MJG – As ruas são mais largas e compridas. Há uma hierarquia de ruas: umas têm passeio, outras não, à semelhança do que existe na aldeia antiga. As ruas da nova são em paralelepípedos ou em cubos, os passeios também são em calçada branca, e há praças em xisto clivado, como as de Monsaraz. A diversidade foi intencional por parte do arquitecto.

AV – Tiveram a preocupação de manter as vizinhanças?

MJG – Absolutamente. Esse foi o ponto de partida. Quando falei em pontos de referência, a verdade é que as próprias referências urbanas têm a ver com a localização dos serviços e do comércio. As relações de vizinhança foram na generalidade mantidas, podendo pontualmente ter havido alterações por surgir uma rua nova, ou por pedido expresso dos destinatários. 